



PREFEITURA MUNICIPAL DE IARAS

Iaras – Mãe D'Água - Estado de São Paulo
CNPJ – nº 57.263.949/0001-00

Lei Municipal nº 509 / 2010

“Dispõe sobre os procedimentos de controle ambiental para utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Município de Iaras e da outras providencias”.

Paulo Sergio de Moraes, Prefeito Municipal de Iaras, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal:

Artigo 1º - As obras e serviços de engenharia contatados pelos órgãos da administração direta e indireta do município, que utilizem produtos e subprodutos de madeira deverão obedecer aos procedimentos de controle ambiental estabelecidos nesta Lei Municipal com vista à comprovação da procedência legal e certificação dos produtos e subprodutos de madeira de origem nativa utilizados.

Artigo 2º - Para fins desta Lei Municipal, considera-se:

I – produto de madeira de origem nativa: madeira nativa em toras, toretes, postes, escoramentos, palanques roliços, dormentes, mourões, achas, lascas e lenha;

II – subproduto de madeira de origem nativa: madeira nativa serrada sob qualquer forma, laminada, aglomeradas, prensada, compensada, chapas de fibra desfolhada, faqueada e contra placa;

III – procedência legal: produtos e subprodutos de madeira de origem nativa, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

IV – Certificação Florestal: certificado emitido por instituição certificadora reconhecida pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente, conferido à empresa, proprietário ou comunidade, aos produtos e subprodutos da madeira que foram extraídos de florestas, nativas ou plantadas, de forma adequada e aprovada pelos órgãos ambientais competentes avaliando os aspectos sócio-ambientais e econômicos;

PREFEITURA
REGISTRADO
PUBLICADO
M. S. C. I.
IARAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IARAS

Iaras – Mãe D'Água - Estado de São Paulo
CNPJ – nº 57.263.949/0001-00

V – Conselho de Manejo Floresta (sigla em inglês – FSC) órgão que defini os padrões para a certificação e monitora o trabalho de das certificações. No Brasil o FSC é representado pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal – CBMF, que credencia as instituições não governamentais para certificação Florestal;

VI – Documento de Origem Florestal – DOF: instituído pela Portaria nº 253/2006, do Ministério do Meio Ambiente, representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa. O DOF acompanhará, obrigatoriamente, o produto e subproduto florestal nativo, da origem ao destino nele consignado, por meio de transporte individual: rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo.

VIII – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Naturais: cadastro técnico obrigatório do IBAMA, para todas as pessoas físicas e jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou extração, produção, transporte e comercialização de recursos ambientais.

Artigo 3º - A aquisição de madeira e seus subprodutos, utilizados na execução de obras ou serviços públicos, no âmbito da Administração Pública Municipal, através da compra direta ou de processo licitatório, deverá obedecer aos preceitos estabelecidos nesta Lei, na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) e, no que concerne ao manejo, licenciamento, transporte e comercialização de produtos florestais, aos contidos na legislação ambiental em vigor, em particular na Constituição Federal, na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (nº 6.938/81), na Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/98), nas Resoluções CONAMA e Portarias do IBAMA.

Artigo 4º - Fica proibido à compra de mogno (*Swietenia macrophylla* King) pela Administração Pública Municipal, em função das restrições legais impostas para sua proteção por configurar espécie ameaçada de extinção, exceção feita aos produtos de mogno certificados pelo Conselho de Manejo Florestal – FSC.

Parágrafo Único – O disposto no caput deste artigo não se aplica uma vez cessada a ameaça de extinção.

Artigo 5º - A Administração Pública Municipal deverá exigir que a empresa que participar dos processos de licitação apresente provas da legalidade da cadeia de custódia dos produtos madeireiros, informando a origem dos mesmos e garantindo que seus fornecedores estão de acordo com a legislação ambiental vigente no Brasil, evitando, assim, a compra da madeira de origem legal.

PREFEITURA MUNICIPAL
IARAS
15/05/2011
11h
PÚBLICA
na Pop
da Pte
M.
IARAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IARAS

Iaras – Mãe D'Água - Estado de São Paulo
CNPJ – nº 57.263.949/0001-00

Artigo 6º - O Projeto básico de obras e serviços de engenharia, exigido e elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, que envolva o uso de produtos e subprodutos de madeira, somente será aprovado pela autoridade competente caso contemple, de forma expressa, a obrigatoriedade de emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal.

Parágrafo Único - A exigência prevista no caput do presente artigo deverá constar de forma obrigatória como requisito para a elaboração do projeto executivo.

Artigo 7º - O Edital de Licitações de obras e serviços de engenharia deverá estabelecer na fase de habilitação, entre os requisitos de qualificação técnica, a exigência de apresentação, pelos licitantes, de declaração de compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, consoante artigo 30, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do modelo disponibilizado pelo Setor de Licitação da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - Visando a redução do desperdício de madeira, as licitações devem especificar produtos de madeira com as menores dimensões possíveis, compatíveis com os requisitos determinados pelo projeto onde o material será empregado.

Artigo 8º - Será assegurada, quando for possível, preferência aos bens provenientes de manejo florestal sustentável, através de mecanismo de pontuação, privilegiando-se o fornecedor que já esteja certificado pelo FSC, garantindo-se a qualidade ambiental e social do produto.

Artigo 9º - A Administração Pública Municipal fica obrigada a adquirir apenas madeira proveniente de Plano de Manejo Florestal autorizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, aplicando-se a mesma regra para os processos licitatórios de obras e serviços de engenharia ou na execução de obras realizadas diretamente pelos órgãos municipais.

Parágrafo Único - Fica vedada, no âmbito da Administração Pública Municipal, a aquisição ou utilização de produtos e subprodutos de madeira provenientes de autorização de desmatamento emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

REGISTRO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE IARAS - SP
REGISTRADO NA
SECRETARIA DE LICITAÇÃO
MUNICIPAL
ATA Nº 05 L. O. 1
14/03/2014



PREFEITURA MUNICIPAL DE IARAS

Iaras – Mãe D'Água - Estado de São Paulo
CNPJ – nº 57.263.949/0001-00

Artigo 10 – As empresas contratadas para execução de obras e serviços de engenharia deverão apresentar, perante a Administração Pública Municipal, documentação que comprove a legalidade dos produtos florestais utilizados, através do Documento Origem Florestal – DOF, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, ou documento equivalente, emitido por sistemas estaduais de controle, não integrados ou parcialmente integrados, ao sistema florestal e aceito pelo órgão fiscalizador competente das esferas federal ou estadual.

Parágrafo Único – O não atendimento da disposição contida no caput deste artigo, na fase de execução do contrato, poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Artigo 11 – Os servidores públicos que deixarem de atender as determinações constantes nesta Lei, estarão sujeitos à aplicação das sanções administrativas pertinentes, bem como as sanções criminais que determinam o artigo 68 da Lei Federal nº 9.605/98.

Artigo 12 – A Administração Pública Municipal terá um prazo de 90 (noventa) dias úteis para se adequar as disposições contidas nesta Lei, após a data de publicação desta.

Artigo 13 – As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário for.

Artigo 14 – Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal no que for necessário.

Artigo 15 – Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pref. Mun. de Iaras, 18 de outubro de 2010.

Paulo Sergio de Moraes
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
registrada) nesta
..... fis
PUBL
publicada na Im
nos atos da P
Art. 5º L. O. M.
IARAS.....